



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Universidade, conhecimento e ação contra a violência

Sueli Andruccioli Félix

Como citar: FÉLIX, S. A. Universidade, conhecimento e ação contra a violência. *In:* ROIO, M. D. **A Universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p83-98. DOI: <http://.doi.org/10.36311/2005.85-86738-27-1.p83-98>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

UNIVERSIDADE, CONHECIMENTO E AÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

Sueli Andruccioli FELIX¹

O problema da violência é complexo e multicausal, e seu enfrentamento depende da percepção do seu caráter holístico fomentado por fatores estruturais físico-ambientais e humanos, especialmente, que trazem em si elementos subjetivos levedados por uma cultura individualista e intolerante às diferenças religiosas, políticas, étnicas e até sexuais.

Na atualidade, as ciências voltadas para a temática criminal consolidam-se na interdisciplinaridade, ponderando informações empíricas confiáveis que abrangem as condições ecológicas (tempo oportuno, espaço físico adequado e os componentes humanos) com suas múltiplas formas de interação.

Sob essa ótica, também a prevenção criminal deve ser inter e multidisciplinar, inter e multi-institucional. Se a universidade consegue formular problemas, alternativas e soluções, em âmbito teórico, os Órgãos de Segurança formulam ações, desenvolvem e aplicam técnicas sofisticadas, mas necessitam de subsídios da pesquisa científica. Ações isoladas e com caráter puramente técnico dos Órgãos de Segurança Pública apenas deslocam a criminalidade sem atingir as suas causas.

A “Revolução da Geografia Humana” (anos 70) propagou a idéia que fazer Geografia é preocupar-se com os grandes problemas sociais, ultrapassando análises do crescimento demográfico, da expansão espacial e da identificação de funções econômicas. Na pauta das preocupações geográficas estão os processos sóciopolíticos, os conflitos de classes, os comportamentos e as formas de percepção social, política e econômica do espaço.

O ambiente urbano com suas aglomerações e crescimento desordenado, somado ao ritmo de vida acelerado, à competitividade, à deterioração e ao abandono dos espaços públicos, à agressão ao meio ambiente, aos baixos salários e ao desemprego, constituem-se *locus* de degradação, gerador de violência. Fica clara, diante destes problemas, a crucial importância da segurança na qualidade de vida dos moradores, particularmente no que tange às políticas públicas de controle do crime. Assim sendo, a prevenção da ocorrência do delito emerge como forte

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília/SP.

aspiração social e se manifesta, especialmente, por cobranças de atuação dos órgãos de segurança pública, através da prevenção criminal.

Embora senso comum, a causalidade entre criminalidade e pobreza, manifestada pela ocorrência de determinados crimes que envolvem valores como furtos, roubos, roubos qualificados (“assaltos”), seqüestros e todo tipo de crime organizado, ainda é uma relação para a qual se atribui um valor e por seu intermédio se definem outros valores escorados em verdades incontestáveis, que não passam de banalidades pela sua generalização. Ao dar crédito à relação entre pobreza e criminalidade, corre-se o risco, ainda, de legitimar ações repressivas dirigidas aos menos favorecidos, bem como isentar os órgãos de segurança, que transferem a responsabilidade da prevenção para outras instâncias, visto ser, hipoteticamente, uma causa exclusivamente econômica.

Embora existam casos de práticas criminais relacionadas diretamente às condições de penúria, como o crime utilitário, não se justifica a relação direta e absoluta da prática criminal com o objetivo de superar frustrações, sentimento também de integrantes de classes médias, desejosos de pertencer aos altos estratos da sociedade. É nessa perspectiva que o conceito de *privação relativa* é interpretado por alguns sociólogos: ele tanto *criminaliza a pobreza* - ao dar sustentação à tese de que a convivência entre desiguais inspira o crime para o reequilíbrio - quanto *a isenta*, ao demonstrar que o leque de privações ultrapassa os limites da classe baixa - o que é basicamente a mesma coisa. Os sentimentos de privação são gerados e alimentados também pela sociedade de consumo, provocando situações de ansiedade e insatisfações íntimas em todo o segmento social.

Para Edmundo Campos Coelho (1980, p.378), estas proposições convencionais de relação entre crime e pobreza são “versões epidérmicas” que nos chegam através de “retóricas sobre o crime como reação às condições de pobreza, ou sobre o crime como estratégia de sobrevivência. Mas, a despeito das aparências em contrário, a tese é metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa.” *Surveys* de vitimização detectam infrações cometidas, mas não registradas, e desmascaram as teorias que dão autonomia à pobreza e à desigualdade na geração da violência e da criminalidade.

A baixa participação relativa de jovens de classe média na criminalidade deve-se mais às “imunidades” advindas do poder do que à baixa ocorrência, especificamente. Por terem as suas necessidades imediatas satisfeitas em seu seio familiar, ao contrário do que ocorre com os de classes sociais inferiores, os jovens das classes média e alta podem elaborar melhor os seus crimes, o que os faz mais violentos. A diferença no registro “demonstra” que, por não possuírem as tais

“imunidades institucionais”, os jovens de camadas sociais inferiores são os mais detectados, detidos, processados e condenados.

Portanto, a elaboração de formas democráticas de intervenção social depende do desenvolvimento de novos conhecimentos científicos, que superem interpretações econômicas simplistas de “*criminalização da marginalidade e marginalização da criminalidade*” (expressão de Coelho, 1978), sem, contudo, desconsiderá-las, abarcando outras interpretações: culturais, espaciais, legais (no sentido de aplicação da Lei), das mediações sociais, dando espaço e voz aos sujeitos que transitam às margens da construção histórica.

Entretanto, mesmo fugindo da relação positivista - pobreza / criminalidade - não podemos ignorar que os pobres e excluídos são duplamente vítimas. São vítimas da violência do Estado e da sociedade: sofrem de “*pobreza*”, talvez a pior forma de violência; e são vítimas da falta de condições de *acesso aos mecanismos legais* de proteção. Enquanto as classes média e alta usufruem amplamente desses mecanismos, assim como dos sistemas de segurança humanos, físicos e mecânicos, os pobres sucumbem da ausência do Estado protetor, especialmente quando se trata de uma polícia corrupta e de outros segmentos sociais “organizados” no tráfico de entorpecentes.

Independentemente da classe social, a dinâmica criminal é um dos fatores de transformação e reorganização espacial. O crime altera valores e percepções espaciais, deteriora os espaços urbanos, afeta os níveis de concentração ou esvaziamento e cria espaços de medo, tão bem explorados pelo marketing imobiliário e eleitoral. Porém, o espaço não é um gerador de problemas *per se* nem deve ser privilegiado em detrimento da dimensão social, base das causas criminais. Mas a identificação e a compreensão da dinâmica dos distúrbios sociais, manifestada em espaços geográfica e socialmente delimitados, propiciam a intervenção do poder público e o desencadeamento de políticas públicas que vão desde a prevenção primária à reestruturação urbana (prevenção secundária), devendo, em última instância, atingir a repressão.

As condições que fazem certas áreas mais propensas à vitimização e/ou que inspiram mais medo são abordadas pela estética e representadas por fatores externos e amplamente visíveis, como lixo espalhado pelas ruas, “pichações” de imóveis, propriedades danificadas, presença de vagabundos e gangues de jovens, dentre outras. Esse conjunto de fatores foi sintetizado em um *índice de incivildade* (HERBERT, 1993), indicador de qualidade de vida em setores residenciais públicos. Essa pesquisa mostrou que o *nível de incivildade* percebido em uma área residencial está fortemente relacionado à experiência de crime (vitimização) e à insatisfação com a vizinhança

como um lugar para se viver. Por sua vez, *o medo do crime* também foi significativamente relacionado a ambos: experiência de vitimização e nível de incivilidade.

Embora as noções de incivilidade de vizinhança (*neighbourhood incivilities*) já sejam objetos de estudos geográficos há algum tempo, a *dimensão* dessa incivilidade na reordenação espacial e a sua relação com outros indicadores-chaves como a experiência de crime, o medo e a satisfação com a vizinhança, só recentemente foi inserida nos estudos da *Geografia do Crime*. A incivilidade determina uma percepção espacial de temor, de quebra total nos relacionamentos sociais e que, *vis-à-vis*, provoca mais medo e condições mais propícias para o aumento da criminalidade.

Às vezes, maior até que a violência é o medo dela. Há quem afirme que o medo cresce em progressão geométrica enquanto o crime, aritmética. Porém, embora seja impossível a mensuração real do medo (evento que não se define concretamente) e do crime (calcula-se que cerca de 50% dos crimes não sejam notificados), ambos (crime e medo) comprometem a qualidade de vida e suscitam movimentos de reação tão (ou até mais) violentos quanto o que o gerou, como os linchamentos. Da parte do Estado, as reivindicações populares são por uma polícia mais dura e ostensiva, por soluções imediatas que não raramente se tornam medidas perversas e dirigidas aos segmentos mais pobres.

Na relação de classes sociais, há sérias distorções ideológicas, contradições nos discursos e nas práticas das classes média e alta em relação às subalternas, em conformidade com as percepções do crime, do medo e da insegurança. Na análise e interpretação dessa alternância no discurso e na prática, de humanitários a repressivos, VELHO (1991) os classifica em: *in-groups*, os "incluídos", e *out-groups*, a maioria da população. De humanitários, os discursos e as práticas dos *in groups* se tornam repressivos à medida que a violência os alcança, ao ultrapassar os limites dos *out groups*. Neste momento, as reivindicações de contenção dessa violência junto à mídia e autoridades competentes se tornam mais incisivas e alimentam o círculo vicioso da brutalidade. Além disso, à classe economicamente mais favorecida resta o papel de refém dos agentes do crime e de si mesma, através do enclausuramento de sua vida, da parafernália tecnológica e humana de auto-proteção que aniquila a sua privacidade.

Apesar dos estudos geográficos da criminalidade se assentarem em um modelo estatístico de comportamento, preocupados com a identificação dos lugares de ocorrência dos crimes e de residência dos criminosos, é vigorosamente desejável a análise qualitativa dos sujeitos e de suas percepções sobre o ambiente urbano, e de como esse ambiente se fragmenta do ponto de vista social e espacial,

principalmente através de processos desorganizadores da sociedade (crime, desemprego, circulação de drogas, falência das instituições da comunidade etc.).

A compreensão dos distúrbios sociais e da organização do espaço, sob a ótica da percepção dos sujeitos, representa uma nova prática científica de estudo e percepção do cotidiano e das mediações sociais, dando espaço e voz aos sujeitos que transitam às margens da construção histórica.

O espaço não produz o crime, mas o modo como as pessoas o lêem, o sentimento que desenvolvem e as formas como se organizam determinam uma “geometria sócio-espacial”: os espaços dos “muito ricos e dos muito pobres, os subúrbios exclusivos e as favelas, os guetos raciais e de imigrantes” têm fronteiras bem definidas que “sobressaem nitidamente no mosaico urbano”, isolados por razões sociais, econômicas e culturais (OLIVEN, 1980). Em escala macro, a segregação espacial fragiliza os vínculos entre os sujeitos e os lugares, dificultando as políticas públicas. Porém, intra-comunidade, especialmente nas mais carentes, reforça o sentido de pertencimento e o sentimento de vizinhança, fundamental para a promoção de uma sociedade mais solidária e mais segura, mas também para a formação de guetos.

As políticas de prevenção e contenção à violência estão, ainda, à espera do entendimento multidisciplinar, em que as áreas de conhecimento, especialmente as humanas, dialoguem entre si e com os dados estatísticos. Só assim haverá a superação das análises quantitativas, puramente métricas, como as estatísticas oficiais, sempre tão férteis e propícias à *espetacularização* da mídia e à manipulação das agências de controle.

A superação da métrica é um dos interesses da Geografia Humanística (Geografia da Percepção), cujos principais expoentes, Anne Buttner, Yi-Fu Tuan, Edward Relph e JN Entrikin, desde a década de 1970, desenvolvem investigações da relação entre o sujeito e o espaço com bases antropológicas. Para essa corrente teórica, o espaço vivido é impregnado de emoção e subjetividade sustentadas pela cultura: “procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza; do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar” (TUAN, 1982: 193)².

Na Geografia Humanística, a compreensão do espaço segue em direção oposta à da Geografia Tradicional, paradigma da objetividade e neutralidade na análise dos seus objetos, conforme

² Algumas citações de Tuan são sintetizações do jovem pesquisador Márcio Ricardo de Carvalho.

observação de CHRISTOFOLETTI (1982). Na mesma obra, este autor classifica a Geografia Humanística de fenomenológica existencial, pois agasalha a idéia de que a organização do espaço e as percepções dos homens e mulheres estão estreitamente articuladas às construções culturais, políticas e ideológicas, múltiplas e variadas.

Talvez a distinção entre “espaço” e “lugar”, elaborada por Tuan (1982, p. 151), seja o ponto-chave para entender de forma mais clara e intensa a relação que o “sujeito” estabelece com o seu “chão”³. O “espaço” torna-se um “lugar” para o sujeito quando há familiaridade crescente. Isso quer dizer que o “espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”

Através da “topofilia”, elo afetivo entre o sujeito e o espaço, e entre o sujeito e seus pares, o autor equaciona o valor dessa relação simbiótica que se avoluma e se torna muito mais evidente quando ele se distancia. Enquanto o *visitante* percebe o espaço pela estética, o *morador* o percebe pelo que representa subjetivamente em sua vida, com “valores” mais profundos, abrangentes e conectados às atitudes, elementos incompreensíveis ao *visitante* (p. 247). Ao entrar em contato com um novo espaço, o *visitante* não tem possibilidade de estabelecer uma leitura “precisa” do novo ambiente, obnubilado por pré-conceitos e por uma visão de mundo que não condiz com a realidade do local visitado. A sua ótica natal o impede de imediatamente compreender as “nuanças” da nova localidade. Porém, se ele se tornar um morador, essas dificuldades para compreender a dinâmica do local minimizam-se ou até desaparecem, mesmo sendo as visões de mundo delineadas por perspectivas individuais, formadas em suas vivências culturais. Ainda mais, “a cultura pode influenciar a percepção de maneira que uma pessoa possa ver coisas inexistentes” (TUAN, 1980, p. 69), ou, ver o mundo e o cosmos através do seu lugar, freqüentemente superestimado como central e ideal pelo seu referencial *etnocêntrico* (p.37). O que seria de um habitante de uma pequena cidade ribeirinha do interior do Brasil, colocado às margens de um rio (Tietê ou Pinheiros), em pleno trânsito de final de tarde em São Paulo? E o inverso?

Mesmo sem usar o termo *pertencimento*, ao trabalhar com o conceito de “topofilia” Tuan faz um exercício mental na mesma direção. Assim, um fator externo, como a construção de uma grande via para automóveis, em meio a uma comunidade, altera o sentimento de *topofilia* que, automaticamente, altera o sentimento de pertencer e compromete a identificação dos *sujeitos* com o seu *lugar*, um “estranhamento” dos *sujeitos* com seus *pares*, grave fator de distúrbios sociais e de violência urbana.

³ O termo “chão” foi escolhido para não comprometer o conceito de Tuan que distingue espaço de lugar.

Seguindo na mesma direção, CARLOS (1999), geógrafa brasileira, também fez reflexões sobre as conseqüências do império do automóvel nos problemas sociais urbanos.

O automóvel surge como elemento que contribui para a especulação ao cortar os bairros ao meio para vias públicas, impondo o "botar abaixo" da modernização para o novo enquanto ideologia, no mesmo instante que o cidadão parece perder sua própria urbanidade. (p. 87)

E, em decorrência do cidadão não se identificar mais à cidade, que lhe é exterior e estranha, a "anti-cidade" de Henry Lefebvre (1969), a geógrafa indaga se, no limite, as constantes explosões de violência não seriam produtos desse quadro.

Além desse, Ana Fany aborda outro fator de fragmentação do cotidiano que compromete as relações interpessoais: o deslocamento entre os locais de moradia e de trabalho. "Nesse processo, há uma hierarquização dos espaços de acordo com sua localização, com os equipamentos urbanos neles existentes e dos sujeitos que neles podem viver."

A forma de percepção e apreensão do espaço também se diferencia pelo *status* do sujeito. De um modo geral, as pessoas estão satisfeitas com o seu espaço de residência, especialmente os moradores mais antigos que lhe têm familiaridade e afeição. É o recém-chegado quem manifesta mais descontentamento. Em relação às condições financeiras, as pessoas com renda mais alta são as que demonstram mais satisfação, até porque têm condições de mudança, o que não ocorre com as pessoas de baixa renda que, via de regra, mostram-se menos entusiasmadas com os seus espaços de vivência (TUAN, 1980).

O relacionamento entre vizinhos é um forte fator de aceitação ou rejeição, superando até as condições físicas do ambiente. Excetuando os condomínios fechados, a classe média não sente o seu bairro uma extensão do seu lar, mas um pedaço de terra cuja qualidade afetará o valor comercial de seu imóvel. Em contrapartida, a classe operária sente que o seu bairro é segmento do seu lar e frequenta os seus espaços de recreação, os bares e os centros comunitários. Até a rua, via pública, é sentida como um espaço privado, extensão do seu lar e elemento comum do sentimento de vizinhança.

Porém, a percepção de um espaço pode inverter-se no tempo. Espaços antes deteriorados, ao serem objeto de reformulação urbana, ganham vida e novas percepções positivas com as reformas, especialmente pela limpeza, iluminação, alargamento das vias, deslocamento de mendigos, inserção de espaços públicos de lazer, que os transformam em agradáveis espaços de vivência e convivência.

Em escala ampla, a mudança de percepção da periferia também seguiu a mesma lógica. Os subúrbios que no passado eram percebidos como espaços deteriorados e desvalorizados de habitação pobre, a partir do processo de descentralização urbana com a ocupação da classe média e os seus condomínios de alto padrão ganharam outro significado. Por outro lado, e conseqüentemente, o centro da cidade também passou por uma inversão nos valores perceptivos. Com a saída da classe média, os casarões foram subdivididos para abrigar diversas famílias operárias, trocando o antigo *glamour* pela degradação.

A qualidade de um mesmo ambiente também passa por profundas transformações em curtíssimos períodos de tempo. Há espaços que mudam completamente de função e despertam em um único dia sentimentos contraditórios de atração e rejeição. A Praça da Sé, São Paulo, é um exemplo: ao anoitecer, brevemente se torna amedrontadora, rapidamente “invadida” por pessoas de aparência suspeita, furtivas, geralmente habitantes de rua, jovens e adolescentes sem lar que se agrupam para o uso de drogas, principalmente maconha, solventes e *crack*, o pior de todos (derivado da cocaína). As pessoas que são obrigadas a passar por lá o fazem apressadamente, desacelerando o passo apenas quando adentram as dependências da estação do Metrô.

Outra grande contradição do espaço urbano são os *shopping centers* que, mesmo sem barreiras físicas ou humanas, excluem vastas parcelas da população de menor poder aquisitivo. Há, parece, um código de conduta e de aceitação de seus clientes a quem se destinam as mercadorias e serviços e que, simbolicamente, expulsa ou apenas repele os não-incluídos em seu comércio.

Enfim, a forma como a pessoa sente e organiza o espaço reflete as suas percepções e atitudes. A criminalidade, por exemplo, não apenas modifica os seus hábitos, limita os seus movimentos e provoca atitudes de defesa e preservação, como gera respostas que se refletem no seu estilo de vida, no *design* das residências e na especulação imobiliária. As estatísticas criminais indiretamente produzem desvalorização de áreas com altas taxas de crimes, especialmente roubos e furtos residenciais e, na contrapartida, a valorização de condomínios (apartamentos e casas) em detrimento das residências térreas individuais. Porém, há uma falsa idéia de segurança que vulnerabiliza a prevenção pessoal, mas é absorvida pelo setor imobiliário. Estatística policial publicada em um grande jornal de São Paulo⁴ mostrou que, em 1985, as casas eram 13,5 vezes mais invadidas por criminosos que os apartamentos. Em 1990, esse índice já havia caído para 07 vezes. Entre 1985 e 1990, os crimes contra o patrimônio em apartamentos cresceram

⁴ Folha de S Paulo, 01 dez. 1991.

390%, contra 154% de crescimento nas residências térreas. Processo contínuo, a tendência já deve ter-se revertido. Porém, limitamo-nos à especulação por ausência dessa estatística.

O certo é que o desenvolvimento de modernas tecnologias de segurança gera crimes mais elaborados, altamente planejados e, portanto, mais difíceis de serem resolvidos. Embora a barreira física com os sofisticados sistemas de segurança dificulte o acesso, não impede. Pelo contrário, produz criminosos cada vez mais refinados e altamente especializados. Além disso, quanto mais difícil o acesso ao alvo, mais compensatório deverá ser o resultado da ação, o que pode provocar atitudes mais violentas dos criminosos para atingir os seus objetivos e compensar tempo e dinheiro investidos.

A mudança nos métodos de ação, em função da dificuldade de acesso, e a excessiva auto-proteção promovem outras contradições captadas pela Teoria do Espaço Defensivo (*defensive space*) de NEWMAN (1972,1996). Embora a facilidade de acesso às construções seja o mais forte elemento para arrombamentos, as construções cercadas de muros muito altos geram o *senso de alienação*, pois criam dissociações entre as moradias e as atividades de rua. Assim, os mesmos mecanismos físicos, adotados pela vítima para a sua proteção pessoal, protegem o bandido.

Ainda na Teoria do Espaço Defensivo, a estabilidade residencial (mesmo não sendo proprietário) e o relacionamento entre vizinhos são os principais fatores de incidência positiva nas baixas taxas de crimes. O espaço de vivência do indivíduo é seguro quanto mais forte for a territorialidade e o sentido de comunidade dos seus habitantes. A ligação emocional com o espaço e com seus vizinhos reverte-se numa vigilância solidária das propriedades, o que fatalmente afugentará os transgressores.⁵

A “Geografia do Crime” trabalha com interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade, já que, além da lei, do ofensor e do alvo, a *localização das ofensas* é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal. A comunidade científica também está se conscientizando de que o problema criminal não será resolvido pela mera dissuasão através de políticas penais, mas com políticas de prevenção mais adequadas, que contemplem as necessidades básicas dos sujeitos. Sobre o efeito dissuasório da política penal, escreve GARCÍA-PABLOS (1992, p. 262):

Mais e melhores policias, mais e melhores juizes, mais e melhores prisões [...] significa mais infratores na prisão, mais

⁵Ver também GREENBERG S.W. ; ROHE,W. Neighborhood, design and crime: a test and two perspectives, *Journal Am. Planning Assoc.*, v. 50, n.1, p. 48-61, 1984.

condenados, porém, não necessariamente, menos delitos. Uma substancial melhora da efetividade do sistema legal incrementa [...] o volume do crime registrado, se apuram mais crimes e reduz a distância entre os números “oficiais” e os “reais” (cifra negra). Porém, não por isso se evita mais crime nem se produz ou gera menos delito em idêntica proporção: só se detecta mais crime.

O principal objetivo dessa sub-disciplina não é erradicar o problema criminal, mas fornecer subsídios para controlá-lo, intervindo positivamente nas suas causas, já que o crime é o sintoma. Além disso, a geografia é uma ciência preocupada com o planejamento urbano, e a criminalidade provoca um grande rearranjo espacial que vai além da questão física, alcança as variações sociais, e a sua compreensão pode direcionar políticas de planejamento que contemplem a qualidade de vida.

Embora a violência seja um fenômeno de preocupação universal, as particularidades e fragmentações locais ajudam a entender o processo em escala mais ampla, inclusive pela facilidade de acesso aos dados oficiais, às fontes de pesquisa em geral e à própria população. Daí a importância de estudos e pesquisas que interpretem essas especificidades como os desenvolvidos em cidades médias, articulando-as com análises dos fatores mais gerais do sistema.

Marília/SP é uma cidade média brasileira, com cerca de 200 mil habitantes, portanto com menos distúrbios sociais que os grandes centros urbanos, mas em processo acelerado de crescimento⁶ e fixação de novos sujeitos e de novos problemas. Não são apenas os valores numéricos que indicam os problemas urbanos, mas os processos de distribuições espaciais irregulares, os níveis de concentração e, sobretudo, o grau de velocidade das suas transformações.

Este trabalho é resultado de uma parte das atividades de um grupo de pesquisa denominado GUTO (Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado), que desenvolve dezenas de investigações científicas com o apoio de duas das mais importantes Agências de Fomento do Brasil: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Desde o ano de 2000, apoio CNPq para o desenvolvimento de um Projeto Integrado de pesquisa teórica sobre a questão do crime e qualidade de vida. A partir de 2001, apoio FAPESP para o projeto-ação na linha de Políticas Públicas intitulado “*Geografia do Crime: diagnóstico para uma ação social comunitária*”.

⁶ Segundo estudos da FIPE-USP – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Rede Globo, Marília ocupou o 1º lugar em Desenvolvimento do Estado de São Paulo no ano de 2000.

A GEOGRAFIA DO CRIME URBANO DE MARÍLIA/SP

O comportamento espacial do crime urbano em Marília é dinâmico, com alterações de valores relacionados principalmente à forma de ocupação do espaço e aos referenciais demográficos e sócio-econômicos. Os espaços de ocupação recente, especialmente os de população com deficitárias condições sócio-econômicas, exibem mais distúrbios sociais e, conseqüentemente, mais problemas criminais: crimes violentos (contra a pessoa) e concentração de residência de criminosos. O “descontentamento” (TUAN, 1980, p.249) está mais presente entre os novatos, recém-chegados que ainda não adquiriram relações afetivas com o lugar.

Há uma espécie de seletividade temporal: à medida que o tempo de ocupação aumenta e o espaço se transforma com as reformas (ampliações) nas residências, há maior envolvimento dos moradores nos problemas da comunidade, cobrando providências públicas de melhorias, especialmente de infra-estrutura, e diminuem os problemas relacionados à criminalidade. O sentimento de territorialidade contribui para a interação social da vizinhança e vice-versa, reduzindo não apenas as manifestações de distúrbios sociais, como o próprio sentimento de medo e insegurança. As pessoas tendem a julgar a qualidade do seu ambiente muito mais pelo relacionamento com os vizinhos que pelas condições físicas.

Partindo do pressuposto de TUAN e seguidores de que as classes média e alta não têm ligações emocionais fortes com o seu espaço de residência (não considera o seu bairro uma extensão do lar, mas apenas um valor imobiliário), mas se declaram satisfeitos com o local, temos: a maioria dos habitantes dos bairros de classe média e alta de Marília demonstrou satisfação com o seu bairro e vizinhança, embora assuma, em questão posterior, não conhecer os seus vizinhos. Excetuando os condomínios fechados, inacessíveis até para a aplicação do questionário, em dois terços dos bairros de classe média/alta os moradores acreditavam-se seguros em seus bairros e residências de muros altos, embora mantivessem vigilância humana em tempo integral e, pelas estatísticas oficiais, estivessem nos espaços mais sujeitos aos crimes contra o patrimônio (furto/roubo residencial). Com um forte sentimento etnocêntrico, consideram o seu espaço melhor que os outros e projetam para os bairros populares os problemas criminais, mesmo sem conhecê-los ou conhecendo-os apenas superficialmente, através dos vidros de seus automóveis em movimento. O contrário ocorre com os pobres que, pela necessidade de emprego e utilização de equipamentos e serviços urbanos externos à sua comunidade, transitam por todos os ambientes e captam as suas peculiaridades.

Em bairros de população com rendimento e escolaridade medianos, as percepções também são medianas. Apesar de quase metade da população ter sido vítima de algum crime, pouco mais de um terço avaliou positivamente os seus bairros, considerando-os agradáveis para morar. Porém, diante de questões confrontadoras⁷, em que houve respostas positivas e negativas pelo mesmo entrevistado, verifica-se proximidade a uma das teses de TUAN (1980): para alguns moradores, o termo *comunidade* parece significar algo mais específico que *vizinhança*, um grupo de pessoas politicamente organizadas.

Nos bairros populares estão concentrados os maiores índices de percepção negativa dos moradores sobre os seus locais de residência: entre os que possuem a pior renda, 60% consideraram os seus bairros razoáveis ou ruins (50% e 10%, respectivamente) para a média de 24% do total de entrevistados. Sobre a vizinhança, também foram os moradores dos bairros com a menor renda que avaliaram negativamente: 30% consideraram a vizinhança apenas “razoavelmente agradável”, para uma média de 11% em toda a cidade. Porém, as percepções negativas sobre os bairros recaem mais na precariedade da infraestrutura (ausência de equipamentos e serviços urbanos, como saúde e educação) que no fator insegurança. Diante da hipótese de mudança⁸, apontaram bairros de classe média como ideais pelo conforto e segurança. Dentre os que abalizaram outros bairros populares na hipótese de mudança, as razões são mais sentimentais (de *topofilia*, pela presença de amigos, parentes ou pelo fato de serem ex-moradores) que estéticas. A rua é, realmente, percebida como um elemento comum do sentimento de vizinhança.

Esses resultados foram prognosticados em outra pesquisa de campo sobre a percepção do crime e do medo, realizada em 2001⁹, com 36% dos entrevistados alegando problemas criminais em seus bairros, mas apenas 1% apontando o próprio bairro como o mais violento da cidade. Mesmo nos bairros registrados na estatística oficial como os de mais altas taxas de crimes por habitante, as respostas mostraram uma percepção de violência espacialmente distante. Essa é mais uma constatação da relação afetiva que o morador desenvolve com o seu bairro, o sentimento de *topofilia*.

⁷ Pesquisa de campo desenvolvida, em 2003, por Márcio Ricardo de Carvalho que, deliberadamente, inseriu duas questões para testar a qualidade das respostas e capacidade de compreensão das perguntas: “Você tem uma vizinhança agradável?” e “Como você avalia as condições do bairro pela comunidade?”. Um entrevistado, após responder que a sua vizinhança não era agradável, esclareceu: “a comunidade é boa, luta bastante pelas coisas do bairro”.

⁸ Pergunta: *Se pudesse mudar de residência, para qual bairro de Marília gostaria de ir?*

⁹ Pesquisa de campo desenvolvida, em 2001, por Carlos Roberto de Almeida Jr.

Esse sentimento foi ratificado em 2003, quando inquiridos se consideravam os seus bairros violentos: apenas 29% responderam *sim*, 28% *razoável* e 42% *não*. A existência desse sentimento afetivo norteando as relações entre *sujeitos* e os seus *lugares* também está presente na quantidade de respostas negativas diante daquela pergunta *para qual bairro mudariam*: 34% manifestaram-se contra a mudança de bairro.

De um modo geral, são os bairros mais pobres e com aparência física ruim os mais rejeitados para residir e os que inspiram mais medo em todas as classes sociais. Entretanto, são os de classe média e alta que exibem as mais altas taxas de crimes contra o patrimônio por habitante. Deve-se considerar, também, que este é de longe o crime mais temido, especialmente os furtos/roubos residenciais e o latrocínio, resultado de percepções e imagens enviesadas, preconceitos advindos da relação de causalidade entre pobreza e criminalidade.

Curioso notar que são homogêneas as imagens e percepções dos *sujeitos* de classes sociais muito diferentes, ao referenciarem quase inequivocamente os bairros mais abastados como de maior segurança, e os mais populares, em especial as favelas e arredores, como os lugares de maiores riscos de vitimização. As estatísticas oficiais registram que os bairros de classes média e alta são os mais atingidos pela criminalidade contra o patrimônio, com residências cada vez mais protegidas por mecanismos altamente desenvolvidos tecnologicamente. As imagens que os sujeitos têm sobre os bairros demonstram nada menos que preconceitos generalizados de criminalização da pobreza.

Assim, excetuando-se a região central da cidade com uma dinâmica característica de oportunidades e adensamentos temporários, a análise da distribuição espacial do crime e do criminoso pelos demais espaços urbanos de Marília revela especificidades óbvias: enquanto os espaços de ocorrências de crimes patrimoniais são os de elevados níveis de renda, educação, e boa qualidade de vida, os espaços de residência dos criminosos são os de condições sócio-econômicas muito precárias.

Ratificamos que o espaço não é um gerador autônomo de problemas. Porém, existem concentrações de crimes, de criminosos e locais sujeitos a determinada criminalidade, portanto, passíveis de políticas públicas direcionadas aos três segmentos: local, criminoso e vítima. A prevenção vitimária ainda é pouco explorada pelos “geógrafos do crime” embora, indiretamente, seja invocada pelos adeptos das teorias *Defensive Space* e *Target Harding*. Os riscos de vitimização se distribuem desigualmente entre as pessoas (subgrupos de vítimas potenciais) e os espaços visivelmente desprotegidos e deteriorados.

Os adeptos dos programas de prevenção criminal por meio da reestruturação urbana (prevenção secundária) se detêm na questão *estar se expressando, né! Na verdade, isso é mentira*”) resume a discussão.

ambiental física em detrimento da dimensão social, causas reais da criminalidade. Os programas de base exclusivamente espacial (de área) podem favorecer a prevenção temporária do delito, deslocando-o para outras áreas, mas não agem na raiz da questão criminal. Paradoxalmente, como já declinado, esses programas estão originando novas modalidades de crimes, criminosos mais refinados, e o desenvolvimento de técnicas ofensivas mais elaboradas, que dificultam a ação da polícia.

O medo de ser vítima aumenta o nível de ansiedade e é magistralmente explorado pela indústria da segurança, pelo *marketing* político (eleitoreiro), imobiliário e tantos outros. Atualmente, os anúncios de compra e venda de imóveis dão mais destaque à segurança que ao próprio conforto habitacional. O *design* das estruturas urbanas reflete o impacto da violência, mais especificamente do medo sobre o espaço. Os planejadores urbanos estão cada vez mais preocupados em desenvolver projetos que garantam mais segurança que acessibilidade aos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações sobre a taxa criminal por áreas geográficas apresentam-se satisfatórias e vêm revelando a correlação positiva entre criminalidade *per capita* e população, principalmente para delitos patrimoniais. Como as estatísticas criminais brasileiras não permitem a elaboração de um estudo desta natureza, a investigação de espaços menores através de levantamentos exaustivos em boletins criminais, ou seja, a produção de dados pelo próprio pesquisador (fonte primária) e a conseqüente elaboração de dados estatísticos pode resultar em investigação mais minuciosa e talvez menos contagiada por ideologias, como as discriminatórias, detectadas nas estatísticas oficiais.

A cidade de Marília, apesar de relativamente nova, com 75 anos de emancipação, já sofreu variações demográficas muito significativas. É uma cidade típica de migração nos dois sentidos: externa e intra-urbana que não apenas transfere pessoas, mas problemas, necessidades, valores e expectativas, e por espaços diversos, que tanto podem dar ao indivíduo boas condições de vida como uma série de problemas que o levem à marginalidade e/ou criminalidade.

Se a questão criminal é um dos fatores que contribuem para a queda no nível de qualidade de vida e se a pesquisa geográfica pode oferecer alguma ajuda aos órgãos de segurança para melhorar essa qualidade, precisa ser vigorosamente adotada. Ainda mais, se a dinâmica criminal pode ser um dos fatores de transformação e reorganização espacial e a ciência geográfica tem potencial para colaborar no planejamento urbano-metropolitano, deve inserir em suas análises a dimensão da criminalidade.

Enfim, a meta é gerar uma reflexão e um produto acadêmico com credibilidade suficiente para superar as políticas de prevenção baseadas em “achismos”, tentativas e erros. O crime transforma o espaço e seus significados, deteriora a vida e a dignidade humana e vai além das ocorrências em si, uma vez que a manifestação criminal é apenas a ponta de um *iceberg* de frustrações, de carências, de impessoalidades e individualidades características do ambiente urbano, enfim, da fragmentação das relações sociais.

Porém, o que não se pode aceitar é a naturalidade do processo, justificada pelo afrouxamento das relações sociais, simplesmente. É preciso ir além, cobrando do indivíduo a sua contribuição e responsabilidade no processo, bem como e principalmente cobrando do Estado o desenvolvimento de políticas públicas de segurança que estejam atreladas e atendam à outra forma cruel de violência a que estão submetidas grandes parcelas da população: a falta de atendimento de suas necessidades básicas, forte item de deterioração social dos “sujeitos”. Da parte da Universidade, cobrar que cumpra a sua função na elaboração de teorias capazes de estabelecer diagnósticos complexos que fujam de respostas simplistas de relação inequívoca entre pobreza e criminalidade, o que inevitavelmente apontam para a intensificação da violência institucional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, C. R. *Marília/SP: percepção do crime e do medo*, 2001. 75f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.
- CARLOS, A. F. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto, 1994. 70 p. (Repensando a geografia)
- CARVALHO, M. R. *Os lugares da cidade: problemas criminais e percepção espacial na região oeste da cidade de Marília – SP*. Marília: FFC, UNESP. 2003. 99 p. Relatório final CNPq/PIBIC sob orientação de Sueli Andruccioli Felix.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. 318 p.
- COELHO, E. C. Sobre sociólogos, pobreza e crime. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 377 - 383, 1980.
- FÉLIX, S. A. *A geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: UNESP- Marília - Publicações, 2002. 145 p.
- GARCÍA-PABLOS de M. A. *Criminologia: uma introdução a seus fundamentos teóricos*. Tradução Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. 277p.
- GREENBERG, S. W.; ROHE, W. *Neighborhood, design and crime: a test and two perspectives*, *Journal of American Planning Association*, v. 50, n. 1, p. 48-61, 1984.
- HERBERT, D. *Neighbourhood incivilities and the study of crime in place*, *AREA*, v. 25, n. 1, p. 45-54, 1993.

NEWMAN, O. *Defensible space, crime prevention through urban design*. New York: Macmillan, 1972.

_____. *Creating defensible space*. Washington: HUD, 1996.

OLIVEN, R. G. *A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência*. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 376 p., 1980.

TUAN, Y. F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

VELHO, G. Os grupos e seus limites. *Revista da USP*, n. 9, p. 23-26, mar./maio1991.

_____. Geografia humanística. CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. 318 p.

_____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.